

Município de Itabira
Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária
Edital nº 015/2013 - Cargo: Advogado
Prova Objetiva

Nome: _____

Data: 29/09/2013

Nota: _____

Favor atender para as orientações contidas no edital, em especial:

1. Duração máxima para realização da prova e preenchimento da Folha de Respostas de 3 (três) horas.
2. Não poderão ser utilizados, em hipótese alguma, de borracha, lápis-borracha, lapiseira ou outro material distinto de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, e de lápis.
3. Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico.
4. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
5. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, colar, brinco ou similares.
6. Os candidatos com cabelos longos deverão prendê-los, deixando as orelhas à mostra.
7. Somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva por erro do candidato.

QUESTÕES

1 - Acerca do Poder Constituinte, e correto afirmar:

- a) Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política das classes dominantes no Poder Legislativo.
- b) Poder Constituinte originário não poderá decorrer da assembleia nacional constituinte.
- c) Poder Constituinte derivado reformador consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional.
- d) Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade que os Estados-membros têm de se organizarem por meio de constituições estaduais, não se limitando pela Constituição Federal.

2 - Não constitui princípio constitucional da administração pública:

- a) Legalidade.
- b) Pessoalidade
- c) Moralidade.
- d) Eficiência

3 – É verdadeira a seguinte alternativa:

- a) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- b) A investidura em cargo efetivo independe de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos.
- c) Decreto estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) A remuneração dos servidores públicos municipais deverá ser fixada por decreto expedido pelo Prefeito.

4 – Os servidores públicos, sob o regime estatutário, terão os seguintes direitos, exceto:

- a) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral.
- b) Licença gestante.
- c) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- d) Duração da jornada de trabalho não superior a 44 horas semanais.

5 – A respeito do Tribunal de Contas, não é correto afirmar:

- a) Apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mediante parecer prévio.
- b) Aplicará aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- c) Poderá no exercício de suas atribuições apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- d) No Estado, o conselheiro terá mandato limitado a 2 anos, com possibilidade de uma recondução.

6 – Em relação às Tutelas Constitucionais das Liberdades, é correto afirmar:

- a) Habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Habeas corpus não poderá ser ajuizado por pessoa física que não detém capacidade civil.
- c) Habeas data não poderá ser utilizado para fins de retificação de dados arquivados em entidade governamental.
- d) Mandado de segurança independe de direito líquido e certo.

7 – Quanto ao município, é verdadeira a seguinte proposição:

- a) A Lei Orgânica Municipal é facultativa quando houve edição de lei complementar com o fim de organizar os órgãos da administração.
- b) O Prefeito não tem competência para propor lei complementar.
- c) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões e palavras na circunscrição do município.
- d) A Câmara de Vereadores não tem competência para cassar o Prefeito.

8 – Quanto às Justiças e aos Tribunais, não se encontra correto:

- a) Ao Supremo Tribunal Federal cabe julgar o Recurso Extraordinário.
- b) Ao Superior Tribunal de Justiça cabe julgar o Recurso Especial.
- c) À Justiça Estadual cabe julgar as ações de indenização do particular em desfavor do Município.
- d) A Justiça do Trabalho cabe analisar todas as ações envolvendo servidores públicos vinculados ao regime estatutário.

9 – É correta a afirmação acerca da improbidade administrativa:

- a) A Ação Civil Pública é o instrumento processual adequado conferido ao Ministério Público para fins de reparação do dano ao patrimônio público por ato de improbidade.
- b) O ato de improbidade não acarretará a suspensão dos direitos políticos.
- c) Não poderá haver indisponibilidade dos bens por ato de improbidade.
- d) Não haverá perda da função pública em razão da improbidade.

10 – Em relação à responsabilidade civil do município, é falso:

- a) A responsabilidade do município é de natureza objetiva.
- b) O município é responsável por reparar o dano, independentemente de ter agido com dolo ou culpa.
- c) A culpa exclusiva da vítima não é capaz de isentar o município da responsabilidade em reparar o dano.
- d) A indenização do dano deve abranger o que a vítima efetivamente perdeu, o que despendeu, o que deixou de ganhar em consequência direta e imediata do ato lesivo do Poder Público e por dano moral.

11 – Quanto ao Poder de Polícia da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) O Poder de Polícia somente é executado após prévia autorização do Poder Judiciário.
- b) O Poder de Polícia sofre limitações impostas pela lei.
- c) A coercibilidade não é um atributo do Poder de Polícia.
- d) O fundamento do Poder de Polícia não é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular.

12 – Acerca da desapropriação, é falso:

- a) É necessária prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social.
- b) Impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização.
- c) Se houver acordo entre expropriante e expropriado a respeito da indenização, não há necessidade de processo judicial.
- d) Se não houver acordo quanto ao valor da indenização, não cabe imissão provisória na posse.

13 – É correto afirmar acerca do processo administrativo:

- a) Somente poderá ser instaurado por provocação do interessado.
- b) Os princípios da ampla defesa e do contraditório são sempre assegurados no processo administrativo.
- c) São permitidas as provas obtidas por meios ilícitos.
- d) A administração não tem o dever de decidir.

14 – São princípios aplicáveis à licitação, exceto:

- a) Desigualdade entre os licitantes.
- b) Legalidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Publicidade.

15 – São casos de contratação por dispensa de licitação, exceto:

- a) Em caso de emergência ou de calamidade pública.
- b) Em caso de licitação deserta.
- c) **Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.**
- d) Locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a escolha.

16 – Em relação às modalidades de licitação, é correto afirmar:

- a) O pregão não poderá ser utilizado para o registro de preços.
- b) **O concurso é cabível apenas para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.**
- c) Em tomada de preços, os interessados não necessitam se cadastrar previamente.
- d) Em convite, há a necessidade de a Administração convidar, pelo menos, dois licitantes do ramo pertinente ao objeto a ser licitado.

17- É correto afirmar:

- a) A autarquia deverá ser criada por decreto do chefe do Poder Executivo.
- b) A autarquia poderá ter personalidade jurídica pública ou privada.
- c) A empresa pública, após cinco anos da criação, poderá alterar os fins definidos na lei instituidora, desde que haja deliberação em assembleia, com aprovação de 2/3 dos membros.
- d) **A empresa pública desempenha atividade de natureza econômica.**

18 – Não é verdadeira a seguinte proposição:

- a) A certidão exarada pela Administração é dotada de fé pública.
- b) O ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública.
- c) **O próprio órgão que compõe a Administração Pública poderá estabelecer, por si, as suas atribuições.**
- d) A atuação da Administração Pública é discricionária quando, diante do caso concreto, essa tem a possibilidade de apreciá-lo segundo critérios de oportunidade e conveniência e escolher uma dentre duas ou mais soluções, todas válidas para o direito.

19 – Quanto aos bens públicos, pode-se afirmar que:

- a) São classificados como de uso especial as estradas, ruas e praças.
- b) **A autorização de uso exclusivo ao particular dispensa licitação.**
- c) Em caso de execução judicial, os bens de uso comum do povo poderão ser penhorados.
- d) Os bens públicos não podem ser utilizados, de forma exclusiva, pelo particular.

20 – Em relação aos serviços públicos, é falsa a afirmação:

- a) **A gestão dos serviços públicos incumbe ao Estado, que deverá fazê-lo sempre de forma direta.**
- b) São considerados serviços públicos os definidos por lei.
- c) O princípio da continuidade do serviço público é aplicado ao serviço público.
- d) O serviço público visa atender a necessidades públicas.